

Nota da edição brasileira

César Benjamin

É longa a tradição de cientistas sociais que buscaram interpretações abrangentes do fenômeno humano. O húngaro Karl Polanyi (1886-1964) foi um dos mais originais. Estudou direito e economia política. Socialista desde jovem, não aderiu ao marxismo nem militou em partidos, mas foi um fomentador de ideias e um organizador de pessoas. Em 1908 criou o Círculo Galileu, grupo de ativistas que se opunha ao caráter retrógrado do ensino universitário na Hungria, lutava por reformas democráticas e organizava cursos para educação de adultos, contando com a participação, entre outros, dos jovens Gyorgy Lukács, Karl Mannheim, Sándor Fércenzi e Bela Bartók.

Obrigado a exilar-se em Viena em 1919, nos anos seguintes manteve aguda polêmica com os economistas liberais da Escola Austríaca, entre os quais Ludwig von Mises. Com a ascensão do fascismo e do antissemitismo, emigrou para a Inglaterra em 1933, tornando-se professor de história econômica. Publicou em 1944 sua obra mais conhecida, *A grande transformação*. Três anos depois transferiu-se para a Universidade de Colúmbia, em Nova York. Em torno de Polanyi formou-se um grupo de antropólogos, historiadores, sociólogos, arqueólogos e economistas que decidiram estudar os sistemas econômicos a partir das sociedades das quais fazem parte, desvelando sua historicidade e não seguindo categorias e modelos pretensamente gerais.

Ao longo desse trabalho, fizeram uma crítica à visão histórica associada às posições liberais. Tal visão, sinteticamente, diz que a atividade econômica é a resposta do homem à escassez de meios disponíveis para satisfazer as suas necessidades; que tal atividade é racional quando combina da melhor forma possível esses meios escassos, tendo como referência fins alternativos; que o contexto

social mais favorável ao exercício dessa racionalidade econômica é o mercado, com seu estímulo à divisão do trabalho e à troca; que, associado ao comércio e ao dinheiro, ele existe desde tempos imemoriais e constitui uma tendência natural das sociedades; e que as práticas e legislações restritivas a essa livre disposição dos bens são intervenções artificiais que limitam a liberdade e o progresso do homem.

Para Polanyi, essa formulação contém uma teia de erros. O uso racional dos meios disponíveis não caracteriza a economia, mas a ação humana em geral. Está presente “quando um general dispõe suas tropas para a batalha, quando um jogador de xadrez sacrifica um peão [...] ou quando uma dona de casa planeja as compras da semana”. Portanto, é necessário escapar dessa definição meramente formal — etnocêntrica e politicamente orientada, pois construída para fazer a apologia do mercado — e buscar uma “definição substantiva” de economia, que ressalte a interação do homem com seus meios natural e social, tendo em vista produzir os bens de que necessita para viver. Assim entendida, a atividade econômica, inerente a todas as sociedades, pode assumir inúmeras formas que não obedecem a uma só racionalidade nem necessariamente decorrem de escassez ou da existência de fins alternativos.

Esse processo, é claro, só adquire unidade e estabilidade quando se institucionaliza. Além disso, a interdependência das diferentes atividades em um mesmo contexto social exige que existam mecanismos de integração. Polanyi mostra que três deles predominaram ao longo da história: a reciprocidade, a redistribuição e a troca. No primeiro caso, a atividade econômica está embutida no sistema de parentesco ou em instituições afins que relacionam subgrupos simétricos. No segundo, parte dos recursos é recolhida e redistribuída conforme o costume, a lei ou uma decisão central *ad hoc*, o que indica a existência de uma ordem política estável. No terceiro há um movimento bidirecional de bens, ou de bens e moeda, entre pessoas movidas pelo próprio interesse; sua instituição mais característica é o comércio.

“Onde se via comércio, presumia-se a existência de mercados; onde se via dinheiro, presumia-se o comércio e, por conseguinte, os mercados.” É uma cadeia de equívocos. Mercados locais — considerados como lugares de encontro de compradores e vendedores — existem há milhares de anos, bem como comércio e dinheiro. Mas o sistema de oferta-demanda-preço, ou seja, o que chamamos “mercado” em sentido moderno, só existe e passa a desempenhar o papel de regulador da atividade econômica em tempos muito recentes. Até então, as equivalências entre diferentes bens eram estabelecidas pela tradição ou pela autoridade. A estabilidade, e não a flutuação, era a norma, e as atuais funções da moeda — padrão de valor, meio de pagamento e reserva de riqueza — não estavam unificadas nos mesmos objetos.

A produção e a distribuição de bens materiais sempre existiram enraizadas em relações sociais de natureza não econômica, como, por exemplo, as relações de parentesco. A ruptura só ocorreu no mundo moderno, quando os elementos mercantis em expansão se combinaram e tragaram para dentro de si a força de trabalho e a terra — ou seja, o homem e a natureza —, fato inédito na história. A sociedade e seu ambiente tornaram-se acessórios do mercado, agora um mecanismo autônomo. “Em vez de a economia estar enraizada nas relações sociais”, como sempre ocorrera, “as relações sociais passaram a se enraizar no sistema econômico.”

A universalização do mercado não introduz apenas uma diferença de grau em relação às situações anteriores. Trata-se de uma nova sociedade. Desfeitos os laços de comunidade, o que mantém a atividade econômica em funcionamento é o medo da fome, entre os que se apresentam para trabalhar, e a atração pelo lucro, entre os que comandam o trabalho. Tal organização social, inédita, não resultou de um processo natural, mas de uma pesada intervenção de poderes privados e estatais, que cobrou alto custo. As tentativas de impor limites e restrições a esse “moinho satânico” foram uma autodefesa realista e legítima das sociedades.

Essa nova sociedade começou a se formar na Europa no século XVIII e desabrochou no século XIX. No ápice, organizou-se em torno de quatro pilares: o mercado autorregulado, o padrão-ouro, o Estado liberal e o balanço de poder entre as potências europeias. Foi um curto período histórico. Desde o começo da década de 1920, Polanyi percebeu que assistia ao final dessa era, pois todos esses pilares estavam ruindo. Em consequência, “a ideia de liberdade degenerou em uma pura e simples defesa da livre empresa, a qual foi reduzida a um estado de ficção pela dura realidade dos trustes gigantes e do poder dos monopólios”.

Polanyi manteve-se fiel às convicções socialistas que adquiriu na juventude, defendendo a superioridade social e moral de uma economia com planejamento e orientada pela demanda social, em uma democracia ampliada, de modo a reinserir a economia, harmonicamente, nas demais instituições sociais. Suas ideias estão magnificamente resumidas no texto que abre este volume, “A teoria institucional de Karl Polanyi: a sociedade de mercado e sua economia ‘desenraizada””, de Michele Cangiani.

Desvinculada de correntes políticas organizadas, a obra de Polanyi vem despertando crescente interesse, graças, exclusivamente, à força intrínseca das ideias que apresenta. Parte delas, bem como dos resultados das suas extensas pesquisas empíricas, está nos ensaios selecionados para este volume, que transitam pelas fronteiras da economia, da história, da antropologia e da sociologia. Os dez primeiros capítulos correspondem à tradução da primeira parte de *The Livelihood of Man*, organizado por Harry H. Pearson depois da morte do autor, e a parte final do livro, como o título indica, traz “ensaios correlatos”, em que os mesmos temas são reapresentados de maneira mais detalhada. O segundo volume de ensaios de Polanyi, em preparação, trará seus artigos mais relevantes sobre os debates do século XX.

A publicação destes textos, inéditos em português, não teria sido possível sem a preciosa ajuda de Kari Polanyi Levitt, filha do mestre e continuadora de seu labor intelectual.